APONTAMENTOS E DIMENSÕES SOCIOESPACIAIS DA CIDADE E DA VIDA COTIDIANA URBANA CONTEMPORÂNEA: A APROPRIAÇÃO SOCIAL DE ESPAÇOS EM PERSPECTIVA

NOTES AND DIMENSIONS SOCIOSPATIAL CITY AND EVERYDAY LIFE URBAN CONTEMPORARY: THE SOCIAL APPROPRIATION OF SPACES IN PERSPECTIVE

NOTAS Y DIMENSIONES SOCIOESPACIALES DE LA CIUDAD Y LA VIDA COTIDIANA URBANA CONTEMPORANEA: LA APROPIACIÓN SOCIAL DE ESPACIOS EN PERSPECTIVA

ULYSSES DA CUNHA BAGGIO

Professor e pesquisador do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Viçosa. E-mail: ulybaggio@ufv.br

* Artigo publicado em março de 2017.

Resumo: Este artigo se propõe a analisar a cidade e a vida cotidiana urbana, na contemporaneidade, sob a perspectiva da apropriação social de espaços, percurso que nos conduziu a explorar alguns momentos importantes desta discussão, tais como o da representação do espaço e da situação espacial, e, de forma mais sucinta, da alienação socioespacial, tomando-se como referências empíricas expressões na cidade de São Paulo e, mais especificamente, o caso do bairro de Santa Tereza, em Belo Horizonte (Minas Gerais). Esta análise também recobre aspectos do problema da mobilidade urbana e do espaço público sob o sentido de um planejamento identificado com a escala humana.
Palavras-chaves: apropriação de espaços, vida cotidiana urbana, representação do espaço, situação socioespacial, bairro de Santa Tereza–Belo Horizonte/Brasil.

Abstract: This article proposes to analyze the city and everyday life in contemporary urban in the perspective of social appropriation of spaces, path that has led us to explore some important moments of this discussion, such as the representation of space and spatial situation and, in order more succinctly, the socio-spatial alienation, taking as empirical references expressions in São Paulo and, more specifically, the case of the district of Santa Teresa, in Belo Horizonte (Minas Gerais/Brazil). This analysis also recovers aspects of the problem of the urban mobility and of the public space, under the sense of an identified planning with the human scale.
Keywords: appropriation of spaces, daily life urban, representation of the space, spatial situation, district of Santa Tereza–Belo Horizonte/Brazil.
Resumen: Este artículo se propone para analizar la ciudad y la vida cotidiana en contemporâneo urbano desde la perspectiva de la apropiación social de spacios, camino que nos llevó a explorar algunos momentos importantes de esta discussión, como la representatión del espacio y de la situación espacial y, más sucintamente, la alienación socio-espacial, teniendo como referencias las expresiones empíricas em la ciudad de São Paulo y más concretamente, el caso del barrio de Santa Tereza, en Belo Horizonte (Minas Gerais/Brasil). El análisis también abarca los aspectos del problema de la movilidad urbana y del espacio público, bajo el sentido de una planificación identificada con la escala humana.
Palabras clave: apropiación de espacios, vida cotidiana urbana, representación del espacio, situación socio-espacial, barrio de Santa Tereza–Belo Horizonte/Brasil

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa se orienta a uma leitura da cidade e da vida cotidiana urbana contemporânea sob a perspectiva de práticas de uso e apropriação de lugares, tendo-se como referência o contexto brasileiro, com maior ênfase na cidade de Belo Horizonte (Minas Gerais). Sob as interferências de uma urbanização extensiva (LEFEBVRE, 1999), intensiva e difusa, que comporta inteiramente o sentido de uma efetiva metropolização do espaço (LENCIONI, 2013), de forte feição privativo-corporativa, mercadológica e segregacionista, alguns aspectos podem ser destacados neste cenário, tais como o da homogeneidade, o do individualismo, o da alienação ampliada e o da banalização da vida e da existência, que marcam sensivelmente a conformação da cidade e da vida urbana, nos tempos hodiernos.

Em face dessas e de outras negatividades engendradas na cidade, atentamos a possíveis manifestações reativas, no âmbito da vida cotidiana urbana, que possam sinalizar ou mesmo representar espacializações influenciadoras e estimulantes, que traduziriam ações mais consoantes a modos e formas de vida mais plenas – e não como meras expressões idealizadas –, orientadas ao alcance de satisfações imperiosas, com explorações mais inventivas e portadoras de virtualidades à apropriação social. Ainda que tais manifestações não encontrem condições objetivas de se realizar de forma plena e absoluta na sociedade capitalista, ainda assim são valorizadas e compreendidas como formas de apropriação possível do espaço (BAGGIO, 2014).

Lembremo-nos de que, nesse sentido, no âmbito das formas adquiridas pela cidade – sendo estas os próprios limites das ações que as engendraram –, é inexequível controlar ou mesmo prever com precisão certos processos e suas correlatas configurações em torno do processo social, bem como em relação ao que as pessoas pensam ou fazem. Aqui, intervém o imponderável, com as ações podendo germinar e operar sob interstícios de relativa liberdade.

Distanciando-nos da ideia de liberdade como liberdade de homens isolados, (baseada na separação entre eles), a liberdade não é concebida aqui como algo dado; ela pressupõe um projeto de ação permanente que visa a assegurar capacidade e autonomia de escolha, malgrado tenhamos em conta o fato de o homem moderno não ter alcançado plenamente a sua liberdade, conquanto desfrute de relativa independência e, de forma seletiva e desigual, de recursos à sua existência. Nesse sentido, seria importante, ainda, repensar a noção de liberdade para além "do paradigma jurídico-normativo que a concebe preferencialmente a partir da predicação de direitos positivos", compreendendo-a, assim, "como vínculo à incondicionalidade de uma universalidade não substancial" (SAFATLE, 2012, p. 5). Sobre o homem moderno recaem interferências e condicionamentos sistêmico-estruturais poderosos, impondo-lhe certo estado de solidão, dissociação, angústia e impotência, que alimentam a condição de sofrimento psíquico em nossos tempos. Encontrando-se em tensão permanente consigo mesmo e com o mundo circundante, o homem moderno se vê ainda dilacerado em suas crenças e motivações, submetido aos efeitos corrosivos da ampla abstração do trabalho (que comporta inteiramente o sentido do trabalho alienado) na contemporaneidade, com a vida autoconsciente e espiritual convertidas numa espécie de vazio labor.

Todavia, a soma das partes não corresponde ao todo, podendo-se observar, na vida cotidiana, práticas de caráter reativas e mobilizações político-sociais na busca por condições mais favoráveis e efetivas à vida, à liberdade e à economia. Estas práticas se inscrevem num sistema de forças e poderes que lhes impõem certas restrições, introduzindo componentes desestabilizadores, mas, ao mesmo tempo, comportam virtualidades luminosas a possíveis subversões e transformações de condições-limite e indesejáveis de vida urbana, podendo se dar tanto de forma mais radical, como de forma negociada.

Considere-se ainda, nesse mesmo sentido, que as desigualdades sociais e econômicas afetam negativamente as instituições democráticas, conquanto se compreenda que o problema representado pela pobreza seja até mais importante, dificultando a participação e o consenso, embora o direito à participação esteja formalmente garantido. E tanto os problemas da participação social como os da própria representatividade demandam mudanças da forma da própria política, com a sociedade gravitando politicamente mais em torno de si mesma do que do Estado (e da estadolatria), não o tomando como mediação única ou exclusiva nas práticas sociais.

Isso não significa, entretanto, a defesa de uma via orientada à desqualificação ou mesmo à revogação do Estado, ou ainda à recusa de alguma forma de autoridade válida e legítima, o que também se estende às lideranças e/ou a porta-vozes de movimentos e/ou outras formas de mobilização, tanto sob uma atuação vertical como horizontal. O que não se confunde com uma condição de cooptação subordinada ao Estado – conquanto esta compareça como possibilidade e risco latentes –, mas de uma via norteada por uma inserção efetivamente participativa e diversificada das pessoas na vida política. Esta via, por sua vez, não se furtaria ao direito de se exercerem práticas sob o sentido da democracia direta, ainda que também, e fundamentalmente, se orientasse ao aperfeiçoamento contínuo da democracia representativa, inibindo, assim, tanto extremismos de direita, como variações de caráter ultraliberal em face do capitalismo e da propriedade privada (forças estas, entre outras, que, de forma evidente, põem em risco a própria democracia, não contribuindo em nada, aliás, para a destruição/superação do capitalismo e da criação de uma "outra" e melhor sociedade e condição socioespacial).

Novos arranjos institucionais se fazem necessários, apresentando-se a reforma política como um imperativo, que, para além de combater problemas relativos à corrupção, se orientaria,

do mesmo modo, ao equacionamento da crise de representatividade e do aperfeiçoamento/ampliação das formas de participação social na vida política, inibindo ou desestimulando, assim, o aparelhamento e loteamento do Estado. Além da reforma política, e de modo não menos importante, também a consecução de uma reforma tributária, seriam realizações imprescindíveis ao impulso do desenvolvimento econômico-social, priorizando políticas de redução das desigualdades sociais e ampliação/aprofundamento de direitos sociais.

Em que pesem os impactos de crises, que tendem a ocorrer periodicamente (sem entramos no mérito de suas circunstâncias e motivações), apresenta-se como algo de fundamental importância a esta perspectiva a premissa de que as soluções sejam buscadas sob as condições e os meios do regime democrático, portanto, sob a prevalência da vontade coletiva (valorizando-se lideranças e porta-vozes legítimos), da negociação e da tolerância (dentro de certos limites, é claro, pois nem tudo é socialmente tolerável, como, por exemplo, discursos e práticas que deponham contra o ser humano e a condição humana). Trata-se, assim, de uma perspectiva democrática voltada à promoção de articulações mais eficazes e ações compartilhadas entre Estado e sociedade, propiciando maiores limites ao poder dos governantes e o escrutínio das ações dos poderes instituídos (que vão para além dos poderes do Estado), resguardando a expressão das minorias e das diferenças.

São auspiciosas, nesse sentido, certas irrupção e difusão, na vida cotidiana de nossas cidades, de uma pluralidade de manifestações político-sociais locais, que emergem, em parte, como formas embrionárias de insurreição urbana. Trata-se de práticas coletivas e públicas que parecem anunciar um novo ciclo da vida política nas cidades, conferindo maior visibilidade e publicização de situações indesejáveis na urbe, impulsionando questionamentos diversos e forjando relações que, não raro, tornam-se territorializadas, e que, pouco a pouco, delineiam vetores de transformação/mudança em relação a elas.

Recobrindo variadas questões, em nosso entendimento, tais práticas sinalizariam para uma situação crítica na vida cotidiana urbana, que expõe uma ampla privatização/segregação da sociedade e do espaço, tornando-se um foco importante de disputas cada vez mais acirradas. Irradiando-se pelos interstícios das cidades, estas práticas parecem representar certas descontinuidades à unidade indissociável dos poderes hegemônicos público-privados, encetando um maior recobrimento social e político em torno do uso e da apropriação de espaços, de apropriações possíveis ou ações de caráter apropriativo (BAGGIO, 2014).

Veja-se, nesse sentido, certa retomada e bem-vinda reocupação de lugares públicos urbanos por uma miríade de blocos carnavalescos, nesses últimos anos, como se pode observar, por exemplo, em Belo Horizonte e São Paulo. Possuindo origem espontânea, familiar ou tribal, eles se capilarizam pelos meandros da urbe, insuflando ambiências sinérgicas e estimulantes, revalorizando os lugares e a vida pública e coletiva. Embora exista a sinalização de interferências de caráter normativo por parte do poder público sobre esses blocos, há, no entanto, posições que postulam o resguardo da liberdade em sua realização. Estas posições se põem em sintonia com a ideia de que a cidade e o Estado devem priorizar mais o acesso de pessoas ao espaço público do que o de automóveis.

A expansão dos blocos e a constituição desse cenário de "festa no pedaço" (MAGNANI, 1999) refletem a atuação de movimentos estudantis e socioculturais que defendem a ocupação de espaços públicos na cidade, que vêm se consolidando ao longo dos últimos anos. Em Belo Horizonte, mais especificamente, pode-se destacar, entre outros, o movimento Praia da Estação, que tem atraído milhares de pessoas a um espaço importante na área central desta cidade (a praça da Estação). O mesmo se pode dizer em relação ao bairro de Santa Tereza, espaço rico em pedaços e lugares de interação e relacionalidade social, que realimentam,

dentro de certos limites, relações a uma dimensão mais pública da cidade, como veremos mais adiante.

Podem-se acrescentar, ainda, as mobilizações e ações de grupos e movimentos de ciclistas (cicloativismos), que vêm se multiplicando pelo país, trazendo à tona o problema da mobilidade urbana e de usos mais adequados e saudáveis de espaços na urbe. Estas mobilizações e ações buscam inserir, de forma mais efetiva e propositiva (como, por exemplo, a luta de mulheres ciclistas pela igualdade de gênero, em Belo Horizonte), a bicicleta no conturbado e intrincado cenário urbano-metropolitano, marcadamente "carrocêntrico", destacando-se aqui as situações críticas representadas por São Paulo e Rio de Janeiro, como também por Salvador e Belo Horizonte, entre outras cidades. São Paulo, mais especificamente, enfrenta sérios problemas relacionados a insuficiências/deficiências dos serviços de transporte público, recaindo-lhe o peso representado pelo tamanho de sua população e a densidade/complexidade de seu espaço construído.

De forma crescente, o uso da bicicleta, na cidade de São Paulo, apresenta-se como uma busca alternativa para se contornar essa condição adversa, e vem contando, mais recentemente, com o apoio do poder público municipal, que não apenas tem investido na criação de ciclofaixas como também na implantação de ciclovias, prevendo-se uma expansão significativa do sistema cicloviário na cidade. Por outro lado, vale observar que o problema da mobilidade urbana, em São Paulo (como também em outras cidades, sobretudo as de grande porte), dificilmente será equacionado à revelia de uma efetiva e ampla reestruturação de seu sistema de transportes públicos, tencionando a usos mais racionais do automóvel na cidade – o que implicaria em mudanças na própria subjetividade das pessoas. Além do mais, seria também necessária a adoção de medidas mais restritivas (e, de certo modo, antipopulares) ao uso generalizado do automóvel particular, tais como: o pedágio urbano, a interdição de certas áreas e em

determinados horários e o estacionamento sobretaxado, entre outras.

É flagrante o uso abusivo e excessivo de meios de transporte motorizados particulares na metrópole (e nas cidades, de modo geral), que não apenas faz acentuar a privatização do espaço urbano como também lhe dá contornos de problemas relativos à saúde pública (acidentes de trânsito, poluições atmosférica, sonora e visual etc.), comportando inteiramente o sentido de uma mortificação do espaço, sob a incidência de um permanente mal-estar e estresse quase generalizados, incorporando-se incisivamente às relações de alienação socioespacial, acentuando-as ainda mais (BAGGIO, 2014). Daí a urgência desta reestruturação a apontar para uma outra lógica de planejamento urbano que resgate a escala humana na cidade (GEHL, 2014) e, de modo correlacionado, o favorecimento de formas interativamente mais vivas quanto à apropriação social de espaços e do tempo na vida urbana cotidiana. Podem-se oferecer como exemplos, nesse sentido, as experiências de Curitiba, a partir de Jaime Lerner, na década de 1970, e de Bogotá (Colômbia), com Henrique Peñalosa, a partir do final dos anos 1990.

Embora se reconheçam avanços e conquistas auspiciosos nesta questão, de modo geral, observam-se reclamações diversas por parte dos usuários de bicicletas concernentes a insuficiências de infraestrutura para as práticas ciclísticas, somadas a certos constrangimentos provocados, sobretudo, por motoristas de veículos particulares, mas também de coletivos (como ônibus e vans) e até mesmo de pedestres. Em boa parte, estes entendem que as vias e os fluxos ciclísticos atrapalham o trânsito, tornando-o mais problemático e dificultoso – quando, em realidade, seria o contrário –, o que demonstra como o automóvel está objetiva e subjetivamente integrado à nossa sociedade, no Brasil (tornado uma plataforma de produção e exportação de carros) e no mundo, de modo geral.

Em Belo Horizonte, mais especificamente, avulta que a condição geral das ciclovias ainda deixe a desejar, havendo falta de sinalização, lixo acumulado em pontos diversos, presença de postes em meio a certos trechos etc. Ainda assim, a Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte (BHTrans) pretende construir, até 2016, cerca de 150 quilômetros de ciclovias na capital mineira, com recursos provenientes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Mobilidade Urbana. Chama a atenção, no momento atual, uma mobilização de ciclistas junto ao poder público, mais especificamente ao Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), para tratar da atuação deste órgão na melhoria das condições das ciclovias. Notadamente, o uso da bicicleta não apenas cresce, a cada dia, nesta e em muitas outras cidades, como se multiplicam grupos e ações em prol de sua efetiva integração ao sistema e vida urbanos, sinalizando, assim, a territorializações socialmente mais desejáveis.

Desse modo, lançamos luz e damos projeção a ações socioespaciais dotadas de certa autonomia e espontaneidade em nossas cidades, conduzidas pelos próprios interessados, sob uma forma mais independente do Estado, mais resguardadas de funcionalismos e dirigismos, no sentido de o Estado não se colocar ou se apresentar como mediação única ou exclusiva entre as pessoas e sua liberdade. Esta liberdade, aliás, é bastante submetida a fortes interferências da indústria cultural, tornando-a, assim, uma liberdade relativa, uma vez que esta indústria opera como um vetor robusto de poder, que estabelece certa homogeneidade nos padrões de consumo e de comportamento na maioria das populações e territórios do planeta, impondo dirigismos e controle à vida das pessoas, na sua individualidade, privacidade e subjetividade. Ao lado da espetacularização dos acontecimentos cotidianos, estas forças parecem aumentar com as crises e o recrudescimento das contradições, influindo, desse modo, em insurgências e práticas alternativas.

O espaço sob a perspectiva dos próprios interessados

Sob a atuação dos próprios interessados, essas ações engendram cenários político-sociais irrequietos, na vida cotidiana das cidades. Parte significativa destas ações inscreve-se no universo do uso do espaço, que, pelos meandros da cidade, vão entabulando grafias descontínuas e forjando situações socioespaciais que, cada vez mais, alcançam projeção e visibilidade política. Estas práticas revelam, ainda, um caráter propositivo, cujo sentido apontaria para a revogação ou neutralização de estruturas funcionais de condicionamento e enquadramento da vida urbana. Elas sinalizam as formas mais intensas e desejáveis de vida societária, forjando brechas e situações no intrincado enredo socioespacial da vida cotidiana. Pode-se dizer que, de certo modo, elas representam um contrapoder, contrastando e conflitando com orientações e práticas hegemônicas de apropriação e estruturação da cidade e da vida urbana, como o demonstra grande parte das ações do Estado, em consonância e em articulação com estruturas empresariais corporativas, que dominam e condicionam a economia territorial urbana.

Como se pode constatar no universo mais amplo dessas ações, seus atores não se restringem apenas a movimentos sociais organizados, incorporando também práticas coletivas de caráter mais espontâneo, que, juntamente com aquelas, apontam à transformação/reestruturação qualitativa quanto ao uso e à apropriação de espaços na cidade, incorporando aspectos da própria vida cotidiana.

Vindas dos próprios interessados, essas ações remetem a certa valorização do princípio político da autogestão, e, de forma relacionada, da auto-organização, no sentido de as pessoas fazerem valer seus próprios desejos, aspirações e projetos, protagonizando práticas mais descentralizadas que refletem as demandas e situações efetivas que diretamente repercutem no cotidiano de suas vidas. Tanto sob uma ação politicamente mais

organizada ou sob um agir mais espontâneo, os agentes sociais assumem maiores responsabilidades tanto em relação à tomada de decisões políticas como por suas vidas privadas.

A noção de autonomia subjacente a essas práticas deve, entretanto, ser relativizada, quando até mesmo a elaboração e a execução autônomas de intenções subjetivas são afetadas e, não raro, deslocadas para o âmbito das intenções intrínsecas do sistema (MORENO, 2005). Por outro lado, pode-se dizer que elas se projetariam no horizonte político-territorial como algo ao menos suficiente ou razoável, embora em meio à proliferação de anomias sociais as mais diversas. Destarte, nenhuma "solução" é definitiva, sendo cada conquista sempre parcial.

Entendemos que muito da expressividade e importância dessas práticas relacionam-se às suas significativas vitalidade e versatilidade, compondo um universo empírico ruidoso e prenhe de paixões subversivas, com elaborações inventivas e influenciadoras, capazes de produzir outras e mais desejáveis ambiências na cidade, e criando, assim, contrapontos político-qualitativos a possíveis reinvenções e redefinições quanto ao uso e à apropriação de espaços na cidade que reverberariam, portanto, na vida pública urbana. Estando no mundo e nos lugares, essas práticas sinalizariam a uma possível nova filosofia da vida, ou talvez a uma filosofia espacial da existência no fulcro de uma geografia urbana mais sensível aos eventos intersticiais.

Estamos falando, portanto, da formação gradativa de uma condição socioterritorial que emerge em meio e sob as interferências de uma situação de crise da sociedade, que apontaria, teórica e praticamente, para uma possível transformação da vida cotidiana urbana. Tal transformação implica, entre outros aspectos, na elaboração criativa de novas situações de vida e trabalho (aqui entendido num sentido mais amplo, para além de sua conotação econômica e mercantil), instâncias que, no entanto, se mostram cindidas na organização social moderna. Não desejando fazer tábula rasa do universo

dessas práticas, não seria adequado atribuir-lhes, propriamente, o sentido de uma ruptura com as condições existentes, mas reconhecer que produzem uma efervescência socioespacial e relacional na cidade e na vida urbana que faz precipitar, pelos seus interstícios, um campo de forças marcadamente plural, compondo um mosaico de sinergias e percursos diante e em virtude de um cenário de adversidades econômico-sociais e político-institucionais. Estas sinergias e estes percursos parecem mesmo adquirir maior relevância que os próprios objetivos a atingir.

As novas ambiências constituídas e o sentido das ações encetadas indagam e confrontam a condição atual conspícua de se vegetar numa espécie de sobrevivência hedonista-utilitarista, cuja compulsão pelo agir com presteza e pressa perturba e reduz sensivelmente o tempo para pensar e viver, com seres e subjetividades adaptados às contingências do mercado, aos valores empresariais do lucro, da competição ensandecida e do sucesso. A política, nesse sentido, é reduzida a um dispositivo para se evitar o pior, e o espaço é conformado como uma máquina mortificante de habitar, abertamente transformado em base de geração de valor e acumulação privada, submetendo a vida social e cotidiana em nossas cidades.

Daí a luminosidade político-espacial que essas práticas e ações apresentam, pois não renunciam à aventura e à inventividade, construindo cotidianamente situações e novas ambiências urbanas, por onde a vida pode pulsar e respirar melhor – senão sob um sentido maior e mais elaborado, ao menos como algo mais vivo, criativo e estimulante, que vem com a descoberta de nossa própria diversidade e complexidade.

Pulsações socioespaciais pelos interstícios da metrópole: situações em São Paulo e em Belo Horizonte - o bairro de Santa Tereza em destaque

Valorizam-se, portanto, práticas e manifestações que se realizam e emergem sob o sentido da necessidade, mas também do desejo, indicativas de contrapontos a uma vida submetida a constrangimentos e compressões os mais diversos, e que, em contraste às procelas cotidianas, sinalizam pulsações e ambiências mais estimulantes e influenciadoras. Elas configurariam, de certo modo, uma geografia urbana de "baixa" visibilidade, recobrindo, nesse sentido, uma cartografia de situações intersticiais. Interstícios, todavia, por onde a vida registra momentos de intensidade relacional, em que o condicionamento cede lugar à experimentação, ensejando ações mais espontâneas sob o fluir do espaço e do tempo não programado, pelas quais a cidade, então, se revela como um ambiente mais favorável a experiências situacionais desejáveis aos que nela vivem. Como um ato objetivo ou subjetivo, sob as descontinuidades do espaço e do tempo, essas práticas e manifestações podem suscitar condições a possíveis rupturas, sobremaneira no plano de seus desdobramentos.

Enfatizar o interstício, conferindo-lhe relevo na abordagem da cidade e da vida cotidiana, não significa, entretanto, torná-lo um fetiche, deslocando-se ou prescindindo, ademais, de ações em outras escalas espaciais e instâncias político-sociais. Como instância e escala territorial – produto de relações sociais –, o qualificamos, mais especificamente, como um subespaço local de captura e retenção de momentos, expressões e intencionalidades mais imediatos da experiência social e humana (BAGGIO, 2013). O interstício está integrado a uma totalidade territorial essencialmente contraditória, da qual emergem forças e perspectivas que indagam acerca de possibilidades à vida e à existência, postas na sociedade em movimento.

A escala do lugar, na qual o interstício se inscreve, apresenta-se, pois, como a instância privilegiada de verificação do drama social, posto ser nela que ele adquire concretude. Em sua realização, nos sopros do tempo, a vida cotidiana grafa as suas marcas e se anuncia; os valores se mostram então mais tangíveis

ao espírito e à vontade, tornando-se mais enriquecidos. Para se compreender melhor suas virtudes, possibilidades e limites, há que se operar desvios e certa ultrapassagem da lógica para se viver o que há de mais luminoso nos interstícios, palmilhando-os dia após dia, pois apenas a experiência do corpo ao rés do chão pode produzir prazeres, percepções e conflitos.

Enquanto sejam representações de valores vivos, de presença e coexistência, essa condição não se daria, contudo, tão somente por suas positividades, mas também com o concurso da imaginação e da abordagem poética, sem as quais nenhuma explicação da realidade pode ser completa. Nesse enredo, o território também se revela como um dado simbólico, vivenciado e valorizado por investimentos afetivos, tornando determinados lugares mais ao gosto dos citadinos, por onde a cidade parece respirar melhor. Por contraste, o esvaziamento de significações valorativas ao lugar abre um campo fértil à alienação socioespacial, que, ao lado de outras variáveis, conduz a uma condição de alheamento ao território, acolitado pelo desprezo, indiferença e negação.

A sobrevivência dos lugares encontra, nas demandas da vida e da existência, forças que lhes dão certa sustentação, pondo em ação inventividades construtivas que amoldam valores, traços e técnicas que os tonificam como espaços de vida, reverberando suas próprias representações, e, portanto, os discursos que os fabricam e os enunciam. Os discursos fabricam, então, o lugar: o lugar da vida, da repetição, do trabalho (ou da ausência dele), mas também da criatividade e da subversão, sob a atuação espontânea ou deliberada/organizada de grupos que conformam espaços na cidade sob ideias alternativas de cultura, que "fabricam" o lugar a partir de táticas cotidianas de enunciação (SERPA, 2011, p. 16).

Embora os lugares estejam submetidos à antinomia conflitante entre valor de uso e valor de troca, é necessário, pois, colocar-se em devida consideração o âmbito do vivido. Como instância da prática imediatamente dada, constituída pela

combinação prática de coisas, relações e concepções, o vivido se revela como a esfera dos conflitos entre os diversos processos de institucionalização da vida e, portanto, da esfera do cotidiano. Este, por sua vez, é aqui compreendido como uma instância da existência social estreitamente relacionada e condicionada ao Estado, na qual se estabelece o embate dialético entre troca e uso, entre o concebido e o vivido, sendo esta uma dimensão da sociedade que guarda enigmas pelos quais se discutem a sociedade e o social (SEABRA, 1996).

Sob as estratégias do Estado – acólito orgânico do mercado –, se produzem estruturas territoriais funcionais e padronizadas que modelam certa uniformidade a uma forma de vida estacionária, impondo o ócio rotineiro e tedioso, o aborrecimento mais paralisante e deprimente, que entorpecem a vida e corrompem a coragem. São expressões pálidas de um cotidiano submetido a padrões de competitividade ilimitada e à lógica compressora dos imperativos econômicos. Dando-se nos limites do consumismo desenfreado e do espetáculo multifacetado, elas nos oferecem genuínas expressões de pantomima capitalista. Contudo, essa condição, como já evidenciado, não se apresenta absoluta ou mesmo como uma via de mão única, envolvendo suas próprias contradições, produzindo pontos de inflexão, reações e insurgências: da atividade contra a passividade, do ser contra o sofrimento, da vida contra as condições que lhe são estranhas.

Reportamo-nos, mais uma vez, a uma pluralidade de práticas que medram pelos interstícios da cidade, recobrindo lutas pela obtenção de condições de sobrevivência mais imediatas (tais como trabalho, renda e moradia), passando por práticas de economia solidária e produções alternativas, estendendo-se por ações cotidianas de caráter mais espontâneo e exploratório de uso e apropriações de lugares (conduzidas por grupos, tribos etc., a exemplo do movimento *hip hop* e os *happers*) até ações em certos problemas da cidade e da vida pública (cicloativismos e luta por espaços públicos, como parques, praças etc.) e de outros bens

patrimoniais de valor histórico e arquitetônico-urbanístico, expressões importantes da memória da cidade.

Nesse mesmo sentido, oferecemos ainda, e de forma um pouco mais detida e circunstanciada, o caso estudado[28] na cidade de Belo Horizonte, o movimento em defesa do bairro de Santa Tereza, localizado na região leste da capital mineira.

Para que se tenha uma melhor ideia deste lugar e de certos aspectos historicamente adquiridos – que, de certo modo, interferiram na emergência e na trajetória desse movimento –, vale procedermos a alguns registros quanto à sua formação, iluminado as relações.

Sua formação vincula-se aos primórdios da construção da cidade planejada de Belo Horizonte, dando-se aproximadamente a partir de 1896. No entanto, este espaço da cidade moderna e planejada que então emergia não se constituiu, propriamente, como um produto do plano urbanístico da nova capital de Minas Gerais, mas, mais especificamente, como uma formação periférica a ele, como um subúrbio.

Sua origem está associada à implantação, nesse local, de uma colônia de migrantes brasileiros e imigrantes estrangeiros (italianos, espanhóis, portugueses) – o que lhe imprimiu traços marcantes –, bem como o estabelecimento da 9ª Companhia de Ouro Preto, transferida desta cidade para a nova capital. Entretanto, o fator principal de ocupação inicial desta área pode ser atribuído à sua destinação como colônia agrícola, embora a presença militar tenha tido um papel não menos importante na formação de Santa Tereza. Esta presença não apenas se reforçaria depois, com a instalação de um quartel, como também deixou marcas significativas na vida cotidiana e na toponímia do lugar.

[28] Este caso foi, inicialmente, estudado em nossa pesquisa de doutorado em Geografia Humana, realizada junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo, intitulada "A luminosidade do lugar – circunscrições intersticiais do uso de espaço em Belo Horizonte: apropriação e territorialidade no bairro de Santa Tereza" (2005), porém sendo retomada e acrescida de novas inserções e desdobramentos no trabalho que ora se apresenta.

Há até quem atribua à banda do quartel (que, nos anos 1920, contava com diversos de seus moradores) a sua expressiva vertente musical, lembrando, a propósito, que ali nasceu o Clube da Esquina, entre outros movimentos musicais.

O bairro tornou-se um espaço predominantemente residencial, notabilizando-se por sua vida festiva, boêmia e carnavalesca, que se mantém viva e ativa até os dias de hoje, guardando, ainda, certa atmosfera de "cidade do interior". Concorreu para isto o fato de não ter sido transpassado, ao longo do tempo, por grandes artérias de circulação, o que, muito provavelmente, teria desencadeado transformações urbanísticas mais profundas em seu espaço, como ocorreu, aliás, a alguns de seus vizinhos.

Localizado proximamente ao núcleo central da cidade, Santa Tereza expõe, de forma bastante perceptiva, traços que sugerem vínculos identitários e topofílicos de seus moradores para com o lugar, podendo-se identificar a permanência de relações mais próximas e diretas entre moradores e vizinhos, com a presença, em seus interstícios, de algumas vilas, formas urbanas que ainda resistem às transformações da urbanização metropolitana.

Sobretudo a partir dos anos 1980, neste bairro e imediações, deflagrou-se um conjunto de intervenções urbanísticas (construções de viadutos, obras do metrô, canalização do ribeirão Arrudas etc.), acompanhado de mudanças na lei de uso e ocupação do solo (na esteira da elaboração de um novo Plano Diretor da Cidade, aprovado no final de 1996 e em vigência a partir de 1997). Com isso, o bairro tornou-se bem mais vulnerável a empreendimentos imobiliários de maior monta, quando já se podia verificar a expansão do uso comercial e da construção de edifícios. Pode-se destacar, por exemplo, a verticalização permitida pelo zoneamento ZR-4 (criada para a área em torno do centro da cidade), que induzia à ocupação residencial multifamiliar vertical.

Foi neste contexto de transformações e compressões que emergiu, em 1996, uma das maiores (se não a maior) mobilizações de moradores na defesa do bairro diante da voracidade dos capitais imobiliários, precipitando, assim, a formação do Movimento Salve Santa Tereza – uma importante reação comunitária em face da mudança de padrão de ocupação estabelecida pelo poder municipal. Mas é importante registrar que, no início dos anos 1980, já havia certa mobilização de moradores no bairro, quando então foram criadas algumas entidades, refletindo preocupações da comunidade em torno das transformações urbanas que já se punham em curso, na cidade e na região. A emergência desse movimento, mais especificamente, deu-se logo após a descoberta, por um grupo de moradores, de que o bairro fora incluído no novo Plano Diretor como Zona de Adensamento Preferencial (ZAP).

A maior e mais decisiva mobilização conduzida pelo Movimento Salve Santa Tereza, em face dos riscos e processos de descaracterização do bairro que as mudanças no Plano Diretor representavam, resultou em uma importante conquista, isto é, na sua transformação em Área de Diretrizes Especiais (ADE) – a primeira a ser criada em Belo Horizonte.

O evento mais marcante desta mobilização foi, indubitavelmente, o ato público ocorrido em 21 de abril de 1996, quando se fez um "abraço simbólico" em torno da praça Duque de Caxias (a principal praça do bairro e um de seus maiores ícones identitários), sendo este um dos momentos que mais marcaram, à época, esta luta, explicitando, tanto para a comunidade local quanto para a cidade de Belo Horizonte, os seus motivos e o seu sentido. Sob uma auspiciosa determinação de seus moradores quanto à preservação da identidade do bairro, esta ação teve fortes ressonâncias junto ao poder público, conduzindo à aprovação do Artigo 83 da Lei 7.166/96, em 14/06/1996, pela Câmara dos Vereadores, que resguarda o bairro de comprometimentos ao seu patrimônio arquitetônico-urbanístico. Desta ação resultou uma

das emendas acatadas pela comissão que analisou o Plano Diretor então criado, pela qual o bairro passou a ser qualificado como uma ADE. Esta emenda estabelecia que, em função de suas características ambientais e da sua ocupação histórico-cultural (com casas da primeira metade do século XX), o bairro de Santa Tereza demandaria a adoção de medidas especiais para o resguardo e a manutenção do uso predominantemente residencial, estabelecendo, assim, diretrizes especiais para construção e implantação de atividades, que imporiam certos limites à construção de "espigões" e à desfiguração paisagística, cultural e ambiental.

Contudo, se estas normatizações impuseram restrições à construção de arranha-céus em Santa Tereza, elas não conseguiram conter ali a proliferação de prédios de menor volumetria, cuja propagação representou uma ameaça substancial tanto à proteção do seu acervo arquitetônico-urbanístico como, de forma correlacionada, aos hábitos e modos de vida da comunidade. Estes hábitos e modos de vida comunitários conferiam ao bairro um traço socioespacial distinto, imprimindo-lhe certa particularidade que muitas pessoas, de dentro e fora dele, não desejavam que se perdesse, do mesmo modo que o patrimônio histórico edificado.

Mais recentemente, como desdobramento desse processo de luta e mobilização comunitária (que contou com o encaminhamento pelo Movimento Salve Santa Tereza de um abaixo-assinado à Fundação Municipal de Cultura, requisitando providências ao amparo dos edifícios históricos do bairro), o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Belo Horizonte decidiu, no início de março de 2015, pelo tombamento de Santa Tereza. Registre-se, oportunamente, que boa parte das diretrizes que foram adotadas no tombamento deste bairro já tinha sido aprovada na Conferência Municipal de Políticas Urbanas, ocorrida em 2014, entre as quais constavam a proibição de construção de muros altos (para que se pudesse resguardar a visibilidade das

fachadas de imóveis históricos) e de instalação de antenas para telefonia móvel. Desta conferência, resultou o novo Plano Diretor da Cidade de Belo Horizonte, que está em apreciação, atualmente.

O tombamento, ademais, não impedirá a realização de eventos e festas populares no bairro – entre eles, o carnaval de rua, que tem muita tradição e mobiliza grande quantidade de pessoas em torno de seus blocos –, desde que previamente apreciados e autorizados pela Prefeitura Municipal.

O tombamento dispõe, entre outros aspectos, que qualquer intervenção nos imóveis do bairro só poderá ser realizada mediante autorização prévia, desde que respeitadas as suas características originais. Esta normativa deverá mobilizar os proprietários para providências quanto ao tombamento individual dos imóveis, incentivando-os à realização de restaurações com a isenção do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU).

Tendo ocorrido certas resistências ao tombamento por parcelas da comunidade, houve esclarecimentos no sentido de que o tombamento não concernia, propriamente, ao uso dos imóveis, mas fundamentalmente à edificação e à preservação de suas características histórico-arquitetônicas, entre outros aspectos que deveriam ser contemplados. Foram indicados, no Conjunto Urbano Santa Tereza, 288 imóveis e quatro praças para tombamento/preservação, resguardando-se a estas a circulação livre de pessoas e impedindo, assim, que sejam cercadas por grades em ocasiões de eventos públicos.

Pela percepção tanto do poder público quanto de moradores do bairro, o tombamento deverá representar melhores condições ao resguardo dos patrimônios urbanístico-paisagístico, cultural e ambiental de Santa Tereza, valorizando aspectos de sua vida cotidiana, costumes e tradições. Pode-se dizer, portanto, que o tombamento deste bairro foi o resultado de um longo processo de luta e resistência às sanhas dos interesses econômicos em torno do espaço urbano local. Este processo envolveu a premente necessidade de inibição da verticalização no bairro, conferindo,

desse modo, prioridade ao seu uso residencial e favorecendo certa manutenção de sua ambiência urbano-interiorana – como muitos assim a percebem –, sendo este um de seus traços identitários mais marcantes, com forte reincidência nas representações sociais do lugar.

Pela nossa compreensão, esse percurso comporta inteiramente o sentido de uma oposição e renúncia coletivas à ideia de anticidade, não apenas pondo-se à frente de certas insuficiências da ADE, mas revelando a construção processual cotidiana de uma territorialidade da vida, sendo esta, aliás, um pressuposto geográfico da própria cidadania. Daí o reconhecimento quanto à existência de uma dimensão ou unidade diferencial do espaço de Santa Tereza, ao refletir uma comunhão entre a extensão geográfica empírica (edificações, infraestruturas, logradouros públicos etc.) e seus habitantes, tradições e costumes.

O tombamento de Santa Tereza como um patrimônio histórico, cultural e arquitetônico-urbanístico da cidade de Belo Horizonte, representa, ademais, uma conquista fundamental em torno do direito à cidade e à vida urbana, que valoriza e possibilita, ainda que sob as condições dessa sociedade (capitalista), modos mais condignos de uso e de apropriação social de espaços (que também concernem a usos do tempo). Estes modos favorecem sinergias mais intensas e dinâmicas entre as pessoas e destas para com o lugar de vivência e sua memória histórica, e com as quais, todavia, a continuidade urbana deve ter o seu curso, porém, sob permanente atenção e mais cuidados com os contextos e as heranças do passado. Ressalve-se, pois, que o exercício mais efetivo desse direito encontra, indubitavelmente, limitações sob a lógica do capital e do Estado capitalista, mas não a ponto de inviabilizar ações de interesse social assegurados por um aparato jurídico-institucional orientado ao controle da organização e produção do espaço urbano, conquanto não sejam suficientes para suprimir contradições e conflitos sociais inerentes ao estatuto da

propriedade privada da terra e da apropriação econômica do espaço.

Por fim, registre-se que alguns novos projetos visando à preservação de bairros, na cidade de Belo Horizonte, além dos que já existem (Santa Tereza, Cidade Jardim e Conjunto Arquitetônico da Pampulha), estão sendo discutidos, como o da Lagoinha.

Diante disso, pode-se dizer que, de modo geral, esses movimentos e práticas sociais carregam suas próprias identidades, com seus atores proclamando tanto o direito à cidade quanto o de viver e existir sob as suas próprias referências. Demarcando territórios de atuação, capturando-os, eles grafam suas diferenças nos lugares, forjando suas próprias identidades, conquistando visibilidade sociocultural e política. Ao seu modo, "buscam diferentes maneiras de significarem-se como seres da cidade" (SILVA, 2001, p. XXI). Estes territórios tornam-se objeto e produto de suas ações, que respondem pela formação de ambientes de caráter mais coletivo, vivenciados por seus próprios atores. Eles estão, contudo, permanentemente sujeitos ao movimento e a interferências da dinâmica social, o que vale dizer que não podem ser tomados como expressões isoladas ou independentes das forças que regem o processo social. Ao mesmo tempo, sinalizam a reconstrução da vida cotidiana, forjando uma condição temporal mais flexível e dinâmica, não linear, sugerindo a constituição de um novo estatuto temporal, que requalifica o presente como momento histórico.

E a perspectiva dialética se apresentaria, aqui, como o único método capaz de recobrir as contradições e as possibilidades abertas por essas forças, posto ser a mais conducente a uma compreensão superadora, permitindo lidar com a esperança e, portanto, com o desejo – insubmisso ao espetáculo e ao funcionalismo atuais. E é no desvendamento das contradições da vida cotidiana que suas manifestações podem ser encontradas, trazidas à tona pela teoria crítica, que não deve se restringir tão

somente à mente de pensadores e intelectuais, senão objetivando-se como uma força prática.

Prescreve-se, assim, um novo sentido ao desejo, agora organicamente imbricado ao espaço, e dele não mais prescindindo. A perspectiva de uma vida melhorada e desembaraçada das ilusões existenciais do consumo conspícuo e do espetáculo mercadológico implica, pela base, numa recomposição desejável da própria espacialidade, condição clamorosa que, de modo geral, nos falta, correspondendo a uma ausência que nos constrange, ao mesmo tempo em que nos incita a valorizar e a recuperar práticas sociais capazes de potencializar qualitativamente a vida e a existência (vida biológica mais o seu sentido). Isto, indubitavelmente, recobre variáveis e aspectos diversos da espacialidade. É nesse sentido que a ausência se transmuta em presença. E, conquanto o desejo remeta a uma situação futura, referenciando-se a algo que ainda não se realizou ou se cumpriu, ele não significa, entenda-se bem, a perda ou o descarte do essencial da vida no tempo presente; antes, o contrário (COMTE-SPONVILLE, 2001).

O desejo comparece, portanto, sob o sentido da mudança de nossas subjetividades, práticas e comportamentos, adrede a esforços permanentes na busca pela superação de incongruências entre as nossas vontades e aspirações e o curso dos acontecimentos. O espaço e os lugares podem tornar-se, então, algo que melhor reflita as demandas da sociedade em sua diversidade, em contextos sociais mais amplos.

Ainda assim, torna-se difícil conceber instituições, quer seja o Estado ou para além dele, com capacidade de neutralizar os interesses individuais no âmbito dessa economia, fonte robusta de desigualdades. A história aponta para as pressões e práticas sociais dos desfavorecidos ou interessados como limites possíveis, pelas quais se podem repor um mínimo de equidade nas condições iniciais – ao menos – e na capacitação para a vida, favorecendo

escolhas, distribuição de recursos e a própria convivência social, com mais oportunidades de autorrealização.

Representação do espaço e o encontro com a situação espacial

A perspectiva socioterritorial que se abre implica, portanto, um olhar mais atento e cuidadoso sobre a vida cotidiana e suas espacialidades. Inescapavelmente, ela sofre interferências do sujeito observador, conforme suas intencionalidades e as formas assumidas por sua consciência em sua relação com o mundo, considerando-se a ideia de mundo no sentido do que pode ser dito. O que não se confunde com artificialização ou hipostasiamento da realidade.

O plano subjetivo intervém, e, nesse sentido, as representações contam, sendo a cidade também construída por suas expressões, significando também uma construção de mentalidades urbanas, na qual a subjetividade social opera como uma espécie de força ativa. Esta não é, necessariamente, reduzida ao plano do sujeito, conquanto não o seja, do mesmo modo, degradada pela história sob os vetores da alienação social.

Como uma condição válida ao urbano, há que se levar em conta as formas pelas quais seus habitantes concebem a cidade. Do mesmo modo que o espaço físico e a paisagem interferem no simbólico, as representações da cidade e do urbano reverberam no seu uso social, podendo até mesmo conduzi-lo, modificando, assim, a própria concepção do espaço (SILVA, 2001). Depreende-se, pois, que mais importante do que saber ou ver como o conhecimento representa o real é aferir e conhecer o que as representações produzem na realidade, que intervenções operam no real.

A noção de representação encerra, pois, polêmicas e pontos de vista distintos, envolvendo interpretações que oscilam entre tomá-la como uma espécie de ilusão ou quimera descolada do real e não verdadeira até leituras que a consideram como parte integrante e formativa do próprio real, havendo ainda concepções

menos polarizadas que a situam num universo intermediário, ou seja, um misto de real e de sua figuração. Concebe-se aqui a categoria da representação numa acepção geográfica ou socioespacial. Ela é entendida como um conjunto de elaborações discursivas, imagísticas e cartográficas que recobrem percepções e modos de compreensão acerca de conformações sociais e ambientais do espaço em suas diversas escalas.

Estudos e análises sobre representações do espaço constituem aportes valorativos ao conhecimento do espaço, em geral, e, mais particularmente, dos lugares e suas especificidades. Eles podem subsidiar a formação de arranjos espaciais não institucionalizados (autogestão), bem como práticas de gestão de caráter participativo e compartilhado (cogestão), orientados ao desenvolvimento e ao exercício de ações e políticas devotadas a um melhor desempenho e adequação de processos espaciais, redirecionando-os em bases socialmente mais aceitáveis.

Posto que esses processos afetam, direta e indiretamente, a vida das pessoas, essa reorientação deve contemplar o direito e a liberdade de se determinar tanto a(s) forma(s) do nosso espaço de vida e trabalho como, igualmente, o(s) sentido(s) qualitativo(s) de sua organização e disposição numa totalidade espaço-temporal, o que implica no exercício da responsabilidade sobre o que é comum a todos.

Por contraste, temos que, sob os influxos da modernização e da fragmentação em curso, avançam arranjos territoriais sob a marca da homogeneidade, que, nos lugares, se objetivam com o rompimento, a supressão e a transformação de formas e estruturas pregressas, realizando estratégias do Estado e do capital, criando novas funcionalidades e sistemas territoriais, recaindo-lhes conflitos os mais variados, entre os quais o do próprio processo de integração nessa sociedade. Nesse sentido, é importante, então, aferir como moradores e outros atores sociais os percebem/representam.

Não raro, as representações socioespaciais podem apresentar-se associadas à formação de situações espaciais ou geográficas, podendo-se dizer, ao plano de sua definição, que a situação espacial envolve uma dada localização espacial e uma inserção relacional num dado contexto socioterritorial, resultando da ação de um conjunto de forças ou eventos historicamente desencadeados que se territorializam, imprimindo-lhe suas características e especificidades. Especificidades e/ou particularidades socioespaciais sugeririam representações em torno de situações espaciais distintivas ou diferenciais.

Guardando estreitas relações com o lugar e com os contextos históricos em que é construída, a situação espacial é, portanto, completamente espaço-temporal. Sobre ela recaem interferências do movimento contraditório da totalidade socioespacial que integra, reverberando, assim, na esfera valorativa dos lugares. Todavia, a situação espacial não é uma expressão existente por si mesma, autoevidente ou que independa da análise do observador. Ela é uma manifestação, ao mesmo tempo em que é uma construção, que se dá ao pensamento a partir de variáveis sensíveis e fundamentais criteriosamente selecionadas, categorizando-se, desse modo, como uma subtotalidade que adquire significância e particularidade no movimento do conjunto.

Nesse sentido, a situação espacial se revelaria como possibilidade concreta e perspectiva metodológica à aferição de formas de vida e seus momentos na sua interface dinâmica e contraditória com os lugares, em que pesem suas próprias representações. Compreendemos, assim, que ela seja forjada ao plano do uso de espaços e lugares, mobilizando modos de ser e agir, inserindo-se, portanto, na esfera do costume, podendo revelar, por atos práticos dos agentes envolvidos, apropriações possíveis de lugares, no sentido de situações apropriativas ou de caráter apropriativo.

Apropriação socioespacial em perspectiva: apontamentos e delineamentos propositivos

Considerem-se aqui as incidências e reverberações dos processos de valorização econômica e especulação imobiliária do território urbano, pelos quais a apropriação do espaço se torna crítica, mas não necessariamente suprimida ou interditada. Compreendemos que esta apropriação possa se apresentar como uma expressão residual ou pulverizada pelos interstícios da urbe capitalista contemporânea, mas também, e principalmente, como uma expressão não tão residual como se imagina ou se diz. Pela nossa perspectiva, a apropriação do espaço pode se realizar mediante ações deliberadas e/ou espontâneas sobre um dado lugar, por estímulos e demandas dos próprios interessados. Inscrevendo-se mais propriamente no plano do uso e do vivido – portanto, também da política –, ela recobre práticas espaciais e ambientais associadas a comportamentos exploratórios, que conferem ao lugar aspectos valorativos e funções que refletem certos interesses e necessidades que as deflagraram, compondo uma esfera situacional de maior proximidade e intimidade. Ela não se confunde com a propriedade. Em outras palavras,

> a apropriação está referenciada a qualidades, atributos, ao passo que a propriedade está referenciada a quantidades, a comparações quantitativas, igualações formais, ao dinheiro (que delimitando o uso tende a restringi-lo) (SEABRA, 1996: 71).

Estando inserida no universo da política, a apropriação do espaço é inerente ao processo social, pela qual a sociedade, na sua diversidade, por meio da atuação permanente e multifacetada de uma miríade de atores/agentes, geografizam processos e situações sociais referenciados pelo uso do espaço, guardando, assim, estreitas relações com as demandas e necessidades da vida e da existência.

A apropriação e o uso do espaço não apenas se dão desigual e fragmentadamente pelos interstícios do território e dos

lugares como também recobrem certa diversidade de campos sensíveis de atuação, a exemplo do que se pode observar no âmbito embaraçado dos problemas urbanos, tais como o das condições adversas de moradia para boa parte da população, da insuficiência e degradação de infraestruturas técnicas e sociais, da baixa disponibilidade de áreas públicas de lazer e de encontro e dos problemas da mobilidade urbana, entre outros.

A apropriação nos revela, portanto, modos diversos pelos quais o espaço é ocupado e usado, tanto por formas materiais (objetos) como por atividades inscritas territorialmente (que configuram os usos da terra) e ainda por indivíduos e segmentos sociais variados. Assim, ela também implica na elaboração de representações e interpretações acerca dos lugares de sua realização, operações que se dão sob a mediação da técnica, da política e das ideologias. De acordo com David Harvey (1992, p. 202), quando a apropriação do espaço se realiza de forma "sistematizada e institucionalizada", ela "pode envolver a produção de formas territorialmente determinadas de solidariedade social", podendo conferir atribuições simbólicas e valorativas aos lugares, aspectos necessários à própria reprodução da sociedade..

As formas socioespaciais podem, assim, ser ressignificadas tanto por ações voluntárias como espontâneas, de modo a se colocarem ao atendimento de necessidades não previstas e não contempladas, não raro, negadas pelo próprio Estado e/ou pelo mercado. É sob esta perspectiva que o espaço apropriado, guardados certos limites, se conforma ou pode se conformar no oposto do espaço geométrico do planejamento estatal. Quanto mais intensamente um dado lugar for socialmente usado e apropriado, menos geométrico ele será, com maiores e mais efetivas chances de ser defendido e resguardado diante de adversidades por aqueles que nele vivem e trabalham, pois mais inserido na esfera do gosto e das identidades socioespaciais.

Como já observado, reconhece-se que a apropriação social do espaço encontra, sobretudo em nossos tempos, condições

bastante restritivas à sua mais efetiva realização, engendradas pela socialização capitalista do território, movimento pelo qual os valores de vida vão cedendo lugar aos valores de utilidade (transformação coercitiva de valor de uso em valor de troca). Conduzido pela ação hegemônica do Estado e das empresas, define-se um sistema (e uma lógica) de dominação que se põe em confronto com a apropriação social, entabulando acirramentos cotidianos entre demandas do capital e necessidades sociais (estreitamente associadas ao uso do espaço). Mas isso não quer dizer, insistimos, que a apropriação tenha se inviabilizado sob essas condições. Lembremos, mais uma vez, que todo poder ou estrutura de dominação instituída contém a imanência de sua negação, correspondendo-lhes contrapoderes que se precipitam sob as pressões da necessidade, o que responde por mudanças e transformações de fundo na sociedade.

Dado que o processo de transformação do espaço esteja bastante submetido aos circuitos de valorização econômica, subverte-se, pelo movimento coercitivo do valor de troca, a condição da cidade de conter a inerência histórica de um uso, impondo restrições e condicionamentos à apropriação, ao mesmo passo que a dissociação e o alheamento socioespaciais. Daí a formação e o desenvolvimento de uma existência abstrata ampliada, conquanto também o seja concreta, reverberando no mundo prático- sensível – portanto, no espaço, nos lugares.

A apropriação possível nos remete, então, àquilo que não está totalmente condicionado, embora o esteja parcialmente, isto é, ao possível constitutivo do real, com suas tendências e delineamentos, vislumbrando-o a partir das contradições do próprio presente, e não como algo a se dar num campo redentor do futuro, no qual se projetaria, como num ato de fé, a superação das contradições e dos problemas do presente. A ideia do possível, no que afeta à apropriação do espaço, não se apoia em juízos que esconjuram o que, suposta e apressadamente, se apresenta às pessoas e mentes como ilusório, miragem, devaneio ou caricatura.

Como uma práxis inscrita no social, a apropriação do espaço, ainda que sob restrições importantes, encerra potencialidades que indagam sua dimensão e seu alcance no tempo-espaço presente, em que pesem virtualidades das práxis de caráter inventivo, que não devem ser confundidas com as práxis estritamente repetitivas. Se, no âmbito do social, se estabelecem fronteiras e limites, estes limites não são automáticos e absolutos, uma vez que o social é, por excelência, o universo relacional e comunicacional no qual são produzidas, permanentemente, proposições de novas possibilidades e ações. Sob uma constante tensão do que é e do que deveria ser a apropriação do espaço, a condição restritiva a que esta está submetida não revoga o seu sentido e importância à realização descontínua da vida e da existência. Antes, ao contrário, reafirma-os.

Considerações finais

Se a cidade comporta o sentido histórico da promoção do encontro e da sociabilidade – portanto, da realização da política –, ao tornar-se submetida aos circuitos de valorização econômica, ela se apresenta como um produto e suporte do trabalho alienado, negando este sentido, de certo modo, com a formação de espaços e espacialidades alheias aos desejos e necessidades humanas e sociais.

A produção de mercadorias (que se objetiva também como produção do espaço) engendra, nesse sentido, uma "ambiência mística" que recobre os produtos do trabalho, obstruindo o seu reconhecimento ao plano do intelecto, em termos de produtos e formas sociais produzidas por relações sociais do trabalho. Com efeito, os fundamentos sociais desta produção são escamoteados e obscurecidos, esvaziando-se aa dimensões social e humana do trabalho.

Ademais, a condição de alienação do trabalho social também se revela como uma espécie de "doença do eu", no sentido

psiquiátrico, porém, com raízes econômico-sociais, expressando-se como uma forma de esquizofrenia, relativamente mais branda, haja vista não ser suficiente para interditar a continuidade das relações sociais e as relações das pessoas para com o universo material ao seu redor, ou seja, para com a natureza e o espaço (porém, ocultando uma alienação real). Nesse sentido, esta condição põe em movimento processos efetivamente "esquizoparanoides", posto conter a inerência de "uma lógica do ódio, do desconhecimento e da desconfiança" (CALDERONI, 2010, p. 17), semeando uma forma social paranóica, acuada e dissimulada, traço inequívoco e preocupante da espacialidade social contemporânea. Como uma expressão histórica do processo social, a alienação consubstancia-se, portanto, também como uma realidade socioespacial, em que pese, nesta condição, a incidência de uma vertiginosa e extensiva urbanização da sociedade.

Posto que a alienação se apresente tanto no produto do trabalho social (aqui, incluso o espaço) como no seio da própria atividade produtiva, ela torna sensível a percepção quanto a certa redução da crítica teórica e prática do existente, mas não a ponto de significar ou estabelecer uma condição na qual estejamos, necessariamente, imersos numa espécie de definhamento absoluto e irrefreável do corpo social e de sua condição de ser um metabolismo vivo que, apesar e sob a incidência de adversidades diversas, revela grande mutação e capacidade inventiva, recobrindo as relações socioespaciais. Abordagens estritamente binárias obscureceriam a questão.

Nesse sentido, somos encorajados a pensar os vínculos social e socioespacial de uma forma menos rígida, sob certa flexibilidade e diversidade de situações, o que não se confunde com a redução ou mesmo a negligência para com a alienação socioespacial, suas determinações, condicionantes e efeitos deletérios nas relações sociais, que trazem à tona negatividades sensíveis que medram no mundo prático-sensível.

O sentido imanente que reputamos estar em jogo, nessa condição socioespacial crítica, é o da vida, e, mais especificamente, o da vida cotidiana em sua intangível permanência, que não se apresenta, contudo, como algo pura e simplesmente tributário da razão, no sentido de esta não ser tomada como a sua "chave universal" ou exclusiva, sendo necessário, então,

> (...) acrescentar-lhe o papel da paixão, a importância dos sentimentos compartilhados. Convém nela integrar, *implicar*, o jogo dos afetos, a imprevisibilidade dos humores e até o aspecto factual das ambiências, sem esquecer a repercussão que sempre terá, a longo prazo, a memória coletiva, a memória das perdas e danos que, por sucessivas sedimentações, constituíram o sentimento de pertencimento próprio do fato comunitário (MAFFESOLI, 2007: 39) [grifo do autor].

Compreendemos, assim, que os reclamos da necessidade e do desejo pulsam e ainda se manifestam como valores vitais da vida cotidiana urbana contemporânea, ainda que em meio a certo nivelamento redutor que incide sobre eles.

Por mais que planejadores e urbanistas do Estado, empreendedores e loteadores urbanos definam ou orientem a forma física urbana e suas funções, sendo a criação objetiva destas o limite de suas ações, não se pode, efetivamente, controlar ou mesmo prever com eficácia as dinâmicas e expressões do processo social e o que, efetivamente, as pessoas pensam, fazem ou sentem.

Aqui intervém a dimensão política do viver e da existência, permitindo e estimulando tanto a crítica ao indesejável como a formulação de alguma forma ou estratégia de intervenção, que poderá mesmo se realizar sob formas e modalidades de apropriação de espaços, conformando modos relacionais nos lugares, pelos quais estes se tornam conhecidos e socialmente demandados. Neles, o indivíduo e o individualismo tendem a perder-se sob o desejo da interação grupal, tribal, ainda que tal interação possa realizar-se de modo efêmero e descontínuo, não obstante também efervescente e capaz de se recompor, forjando

ambiências de uma inegável vontade de vida, conquanto esteja vulnerável a vetores de interdição e abortamento.

As ambiências não são de rigidez, e o tempo de sua objetivação não é linear, correspondendo-lhes um estado de vacuidade que permite o afloramento de pulsões criadoras e potencialidades diversas. Deambulações e até mesmo desvios tornam-se práticas quase que habituais, pondo-se, assim, numa espécie de ontogênese de uma espacialidade mundana.

Engendradas no fulcro das contradições da vida cotidiana urbana, essas práticas entabulam o exercício da diferença, conformando outras e mais desejáveis ambiências urbanas, que sugerem modos variados e alternativos de usar o tempo e o espaço, sob uma realidade que é estruturalmente impermanente.

Referências bibliográficas

BAGGIO, Ulysses da C. "A metrópole sob a perspectiva da alienação e da apropriação de espaços: incursões pelo centro antigo de São Paulo". In: *Revista do Departamento de Geografia – USP*, volume 28, p.157-179, 2014.

_____. *Territorializações intersticiais da apropriação de espaços na metrópole paulistana: utopias urbanas do desejo libertário*. Relatório de Pós-Doutoramento. Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. São Paulo, USP, 2013 (supervisão: Profª Drª Amélia Luisa Damiani).

CALDERONI, David. "Carta de princípios do Nupsi-USP". In: JUSTO, Marcelo G. (org.). *Invenções democráticas: a dimensão social da saúde*. Belo Horizonte: Autêntica Editora/Nupsi-USP, p. 13-20, 2010.

COMTE-SPONVILLE, André. *A felicidade, desesperadamente.* São Paulo: Martins Fontes, 2001.

GEHL, Jan. *Cidades para pessoas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2014.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana.* Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

LENCIONI, Sandra. "Metropolização do espaço: processos e dinâmicas". In: FERREIRA, Alvaro *et alii* (org.). *Metropolização do espaço: gestão territorial e relações urbano-rurais.* Rio de Janeiro: Consequência, 2013.

MAFFESOLI, Michel. *O ritmo da vida: variações sobre o imaginário pós-moderno.* São Paulo: Record, 2007.

MAGNANI, José G. C. *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

MORENO, Alejandro. "Superar a exclusão, conquistar a equidade: reformas, políticas e capacidades no âmbito social". In: LANDER, Edgardo (org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.* Ciudad Autônoma de Buenos Aires: CLACSO, s/p., 2005.

SAFATLE, Vladimir. *Grande Hotel Abismo: por uma reconstrução da teoria do reconhecimento.* São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

SERPA, Angelo. *Lugar e mídia*. São Paulo: Contexto, 2011.

SEABRA, Odette. "São Paulo: a cidade, os bairros e a periferia". In: CARLOS, Ana F. A.; OLIVEIRA, Ariovaldo U. de (orgs). *Geografias de São Paulo: representação e crise da metrópole*. São Paulo: Contexto, p. 271-311, 2010.

SILVA, Armando. *Imaginários urbanos*. São Paulo: Perspectiva; Bogotá (Colômbia): Convenio Andres Bello, 2001.